

Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2

CT.CE. Nº 1.0.0170
02.09.81.

CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DO PAUDALHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA. (CI.028/81-DAF).

Aos ³¹ dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), o Município do PAUDALHO no Estado de Pernambuco, representado pelo seu Prefeito JOSÉ FIDELIS DA SILVA, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 141 de vinte e um de julho de mil novecentos e oitenta e um, doravante denominado simplesmente Município e a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO-COMPESA, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC/MF. sob o nº 09.769.035/0001-64, daqui em diante designada COMPESA, devidamente representada neste ato e na forma legal e estatutária por seus Diretores abaixo assinados, firmam o presente Contrato de Concessão dos serviços de água e de esgotos sanitários do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

O B J E T I V O

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Município, em face do que estabelece a Lei Municipal nº 141/81, de 21/7/81, concede, por este instrumento, à COMPESA, o direito de implantar, ampliar, administrar e explorar, industrialmente, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, deste Município, pelo prazo de cinquenta (50) anos, a contar da data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - A concessão, estabelecida na cláusula anterior, estará sempre subordinada ao Programa Estadual de Abastecimento de Água - PEAG e ao Convênio celebrado entre o



Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.11.001.14398-2

Banco Nacional da Habitação - BNH e o Estado de Pernambuco, visando ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento em Municípios deste Estado, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os serviços dos sistemas públicos de esgotos sanitários também ficarão subordinados à política estabelecida pelo Estado.




PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E AÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA - O Município poderá contribuir com recursos em dinheiro, sob a forma de participação acionária no capital da COMPESA, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços concedidos, mediante a celebração de respectivo convênio.

CLÁUSULA QUARTA - O acervo constituído pelos equipamentos, obras, tubulações, imóveis e outros bens pertencentes ao Município e que estejam vinculados aos serviços públicos, ora concedidos, passarão à propriedade da COMPESA e a sua incorporação, mediante participação acionária do Município far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe a Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e os estatutos sociais da COMPESA.

CLÁUSULA QUINTA - A COMPESA emitirá, em favor do Município, ações nominativas preferenciais ou títulos múltiplos que as representem, correspondentes ao valor dos recursos em dinheiro e/ou dos bens que forem incorporados na forma estabelecida nas Cláusulas Terceira e Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMPESA poderá também emitir, provisoriamente, cautelas que representem as ações, cabendo ao Município o direito de, a qualquer tempo, solicitar a sua substituição por títulos simples, correndo as despesas respectivas por conta do Município.




Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto. Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2

CLÁUSULA SEXTA - O acervo referido na Cláusula Quarta, será alienado ao Município em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) no fim do prazo da concessão, não sendo este prorrogado;
- b) em caso de rescisão do contrato por culpa da COMPESA;
- c) em caso de liquidação da COMPESA, caso não se ja sucedida por outras entidades que venham a ser criadas com iguais objetivos.




 CLÁUSULA SÉTIMA - A COMPESA obriga-se, na hipótese da Cláusula anterior, a receber como pagamento dos bens a serem alienados ao Município, as ações representativas da participação acionária deste no seu capital social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os bens serão alienados pelo valor a ser apurado na época em que deva ser promovida a respectiva alienação e as ações recebidas pela COMPESA, na oportunidade pelo seu valor de mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese do valor das ações não vir a ser suficiente para cobrir o preço dos bens a serem alienados ao Município, caberá a este efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente, na forma a ser combinada.

CLÁUSULA OITAVA - Competirá a COMPESA receber, diretamente ou através do Município, recursos em dinheiro ou em bens, destinados por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou externas, aos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem assim os consignados nos Orçamentos da União, do Estado ou do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos referidos nesta Cláusula, poderão ser efetivados mediante participação acionária das aludidas entidades, quando por elas exigidos.

Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2

DESAPROPRIAÇÃO E SERVIDÃO

CLÁUSULA NONA - A COMPESA poderá promover, na forma da legislação em vigor, desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelecer servidão de bens e direitos necessários à execução e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Município, mediante solicitação fundamentada da COMPESA, tomará a iniciativa de declarar a través de Decreto, a necessidade ou utilidade pública para os efeitos desta cláusula, praticando os atos necessários à sua efetivação

PARÁGRAFO SEGUNDO - A desapropriação poderá abranger áreas necessárias à implantação do sistema e/ou futura ampliação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A COMPESA, declarada a utilidade pública, efetivar diretamente a desapropriação, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial, dentro de cinco (05) anos, contados da data do respectivo Decreto.

PARÁGRAFO QUARTO - A COMPESA poderá utilizar, para a mais exata realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domicílio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA - O Município indenizará a COMPESA pelo valor dos investimentos por esta realizados no Município e tudo mais que a COMPESA julgar legal atribuir, como vantagem, em decorrência deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Até o efetivo cumprimento das obrigações, estipuladas nesta Cláusula, é vedado ao Município explorar, ele próprio, esses serviços ou conceder a sua exploração a

Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2

qualquer outra entidade pública ou particular, podendo a COMPESA, se assim o entender, continuar na prestação dos serviços até o efetivo recebimento da indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Município executará os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparos de redes públicas, destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o Município tiver de realizar modificações nos nivelamentos das ruas ou nos seus traçados, exigindo tais obras alterações ou remoções de canalizações, as despesas, com estas, correrão por sua conta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Será de responsabilidade do Município, a partir do dia 1º de janeiro de 1983, o pagamento das contas devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotamento sanitário utilizados pelo Município ou destinados ao uso público, ficando o Município isento de pagamento até 31 de dezembro de 1982.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O Município obriga-se a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização efetiva, quaisquer obras ou atividades que venham a por em perigo um ou mais elementos dos sistemas, com especial atenção aqueles que possam causar contaminação do sistema de abastecimento de água ou perigo à saúde pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Município executará, por solicitação da COMPESA, os serviços de sua alçada que se tornem necessários à proteção dos elementos dos sistemas.

OBRIGAÇÕES DA COMPESA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Para a implantação, ampliação ou melhoria

Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto. Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2

dos sistemas de água e esgotos, poderá a COMPESA realizar operações de crédito com entidades financeiras nacional ou externas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A classificação dos usuários dos serviços de água e esgotos sanitários, e as condições de prestação dos serviços serão doravante, atribuições da COMPESA a serem fixadas no seu Regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhorias, serão previamente projetadas e orçadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A COMPESA manterá, no Município, instalações adequadas para administração dos serviços locais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A COMPESA fica autorizada na forma do que estatui a Lei Municipal nº 141/81, de 21/7/81, a fixar a política tarifária, estabelecer os preços e a arrecadar a receita proveniente da exploração dos serviços concedidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As tarifas serão fixadas e reajustadas periodicamente, de modo a assegurar as despesas operacionais e de manutenção, as despesas com amortizações, juros e outros encargos financeiros e, ainda, o acúmulo de reserva para expansão dos sistemas.

DIVERSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada, ressalvada a hipótese estabelecida na Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A COMPESA não se responsabilizará pelas interrupções do fornecimento de água



ou do funcionamento dos serviços de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior, tais como: greves, inundações, acidentes comoção pública, guerra, etc.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A COMPESA não se obriga pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo Município.


CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O Poder Executivo Municipal tomará as devidas providências para participar acionariamente no capital da COMPESA, com recursos em dinheiro, bem como para incluir nos planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dotações necessárias à integralização dos recursos referidos nesta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO - O cumprimento desta cláusula ficará subordinado às necessidades financeiras decorrentes da implantação ou melhoria dos serviços ora concedidos, sempre de acordo com as possibilidades do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Como garantia e/ou forma de pagamento referente à participação acionária do Município em dinheiro, o Poder Executivo Municipal tomará as providências para conferir à COMPESA poderes amplos, especiais e irrevogáveis para levantar junto a órgãos do Governo Federal, Estadual e Bancos, recursos oriundos de verbas federais ou estaduais, inclusive as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as quotas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) ou outros tributos que porventura venham a substituí-los, e os saldos de depósitos bancários até o limite necessário para responder por todos os encargos convenicionados ou ajustados.

RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo nos seguintes casos:



Companhia Pernambucana de Saneamento Compesa

Av. Cruz Cabugá, 1387 - Sto Amaro - Fone: 231.4366 - PABX - Recife - Pernambuco

CGC/MF. nº 09.769.035/0001-64 INSC. EST. nº 18.1.001.14398-2


- a) mútuo acordo entre o Município e a COMPESA
- b) inadimplemento de suas cláusulas;
- c) liquidação da COMPESA;
- d) por comprovado interesse público.

F O R O

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, elegem as partes o Foro da Comarca do Recife, renunciando a outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes de mútuo e pleno acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinam o presente instrumento em 06 (seis) vias de um único teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas a tudo presentes.

Recife, 02 de Setembro de 1981.


COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO-COMPESA
Diretor Presidente


COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO-COMPESA
Diretor


JOSÉ FIDELIS DA SILVA
Prefeito

TESTEMUNHAS:

Uedja Duarte
Nome:
Identidade: 928.929
Endereço: Compesa

Carla
Nome:
Identidade: 170.28
Endereço: Compesa